PAUTA
Reunião de Aposentados do SINESP
21/5/2025

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Reuniões de Filiados Aposentados do SINESP
21/maio/2025

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Conjuntura

A greve da categoria nessa campanha salarial se deu nos marcos de uma conjuntura em disputa. Ricardo Nunes e Tarcísio de Freitas se alinharam nas eleições municipais de 2024 e juntos buscam se estabelecer como líderes do neoliberalismo e da extrema direita para disputarem as eleições de 2026 contra a esquerda.

Enquanto Tarcísio quer ser o substituto de Bolsonaro no âmbito federal, Nunes quer ocupar a vaga do governador. Para tanto, se esforçam em "mostrar serviço" e ganhar a confiança das elites empresariais e do capital financeiro.

O governador aplica um plano privatista amplo e entrega tudo que pode aos empresários. A Sabesp foi privatizada recentemente. A educação estadual está em ataque com a privatização aprovada na Bolsa de Valores a partir de projeto do governador, que prevê a terceirização da construção e da gestão de escolas, o que desestrutura a carreira do magistério estadual e esvazia o concurso público.

O prefeito, sentindo-se fortalecido com o resultado das eleições de 2024, aprofunda seu ataque à educação municipal, desmontando o sistema público, aprofundando a terceirização e a privatização, atacando a carreira e o concurso público e entregando as verbas públicas do setor para a iniciativa privada.

Essa prática política destruidora da Educação tem como efeito a diminuição do número de servidores concursados, substituídos por terceirizados celetistas, e o enfraquecimento financeiro do IPREM. Isso implica em ameaça à garantia de pagamento das aposentadorias, o que pode gerar também argumento para mais confisco.

Quanto aos 14%, o prefeito segue negando a discussão do fim da contribuição extra, mesmo com o aumento recorde da arrecadação no município e a evidência de que não há o déficit alegado quando da instituição do confisco.

Nunes despreza as dificuldades sofridas pelos aposentados, inclusive com os custos que aumentam com o envelhecimento, e chegou a fazer lobby em Brasília, no Congresso e no STF, contra a ADIs que dispõem sobre o fim da contribuição previdenciária de aposentados no valor dos proventos acima do teto do INSS e contra a PEC 6/24, que promove alterações significativas nas regras dos regimes próprios de previdência social no Brasil.

Campanha Salarial 2025

Em 2024, o prefeito Ricardo Nunes apresentou o PL 826/24, aprovado pelos vereadores de sua base aliada na Câmara como Lei 18.221/24. Essa lei ataca a Educação Municipal e direitos históricos do magistério, impõe pressão e retrocessos à categoria, mecanismos que desmontam a carreira, tiram o direito de lotação dos diretores de escola e abrem espaço para a terceirização da gestão. Assim que eleito, falou à imprensa que terceirizaria as 50 escolas com notas mais baixas no Ideb.

No calor da Campanha Salarial, acionou, pela primeira vez na história, a justiça para julgar a legalidade da luta e impor limites à paralisação e antecipou o envio à Câmara do PL com reajuste salarial em duas parcelas sem nem sequer abrir negociações.

O prefeito atuou para derrotar a luta dos trabalhadores da Educação municipal e ampliar o arrocho salarial e a privatização, querendo demonstrar força política e eleitoral para as grandes corporações paulistas e expressar sua disposição e sua capacidade de atuar em nome delas.

Orientou sua base de apoio na Câmara a não ceder nada para os trabalhadores além do que estava no PL (2,6% de reposição em maio/2025 e 2,55% em maio de 2026). E isso foi feito pelos vereadores que o apoiam a toque de caixa e com racismo declarado, ofensas e ataques fascistas aos servidores públicos. A única mudança feita no PL, a partir de articulação dos parlamentares que apoiaram os servidores, foi a aplicação do índice de 5,2% no reajuste do vale alimentação.

Esses ataques afetam diretamente os aposentados com a falta de reajuste que recomponha o poder aquisitivo dos salários e com os riscos que a destruição da carreira pública traz para a arrecadação do IPREM e a garantia do pagamento dos benefícios.

Aposentados na luta

A categoria, no contexto da Campanha organizada conjuntamente pelos Sindicatos que compõem a Coeduc (SINESP, SEDIN e SINPEEM) lutou, resistiu, mostrou resiliência e impôs negociação com a SME para a reposição dos dias parados e direcionamento para a discussão de itens importantes da pauta de reivindicações. Prioritariamente, o SINESP segue com ações jurídicas e políticas para a retirada da Lei 18.221/24.

O governador e o prefeito almejam o enfraquecimento das entidades sindicais. Por isso Nunes foi direto ao judiciário e ao legislativo sem estabelecer o processo de negociação com os Sindicatos da categoria.

Isso indica a necessidade da participação efetiva de todos, ativos e aposentados, para fortalecer o Sindicato como instrumento da luta coletiva, uma vez que o governo visa a minar a resistência e as lutas dos trabalhadores para facilitar a imposição de seus planos de arrocho, precarização e privatização.

É preciso considerar que o prefeito, de olho em 2026, e sua base na Câmara continuarão

no ataque para impor arrocho salarial e avançar no desmonte da carreira, na privatização e na retirada de diretos, inclusive com pautas inconstitucionais que subvertem os princípios da educação laica, democrática e universal.

Diretores, conselheiros, representantes dos locais de trabalho e aposentados do SINESP atuaram intensamente nas manifestações e paralisações da Campanha Salarial. Estiveram nos territórios a partir das paralisações regionais e na greve. Realizaram reuniões nas unidades, comandos de greve e atos locais para dialogar com os munícipes. Distribuíram carta aberta em terminais de transporte coletivo e outros locais de grande movimento, levando denúncias quanto à atuação da prefeitura na educação municipal e buscando o apoio popular necessário para fortalecer a luta.

Essa mobilização deve ser permanente, com a participação dos aposentados nos diferentes espaços de organização da categoria no SINESP. A defesa dos salários, da carreira e do concurso público envolve todos.

A organização dos trabalhadores da Educação nos locais de trabalho é essencial para ampliar o engajamento e a participação da categoria nas lutas, e os aposentados são importantes nessa ação e em processos próprios de organização.

Essa construção também é importante por refletir no debate e na ação política sobre o voto do eleitorado paulista, o que é decisivo para interromper a escalada da extrema direita na cidade e no estado e derrotar a implementação de planos privatistas e destruidores da Educação, demais serviços e das carreiras públicas.

B. Luta contra o confisco previdenciário

PEC 6/2024 – Apensamento/PEC Social

O SINESP segue na luta pela aprovação da PEC 06/2024, que pretende acabar com a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas de forma escalonada, e também pelo seu apensamento à PEC 555/2006, que propõem o fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos aposentados e pensionistas do serviço público. Ambos os projetos tratam de matérias correlatas com o objetivo, em síntese, de promover alterações significativas nas regras dos regimes próprios de previdência social no Brasil.

Já foram protocolados 248 requerimentos de apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006, e cabe ao presidente Hugo Motta (REPUBLICANOS/PB) decidir deferi-lo ou não. Esta é uma pauta de justiça social, dignidade e respeito à trajetória de quem já contribuiu ao longo de toda uma vida.

Movimentação: foi apresentado, o REQ 1853/2025, do Deputado André Ferreira (PL/PE), solicitando o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006.

Julgamento de ADIs no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou 13 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam pontos da Reforma da Previdência do governo anterior, Emenda Constitucional (EC) 103/2019, que embasa o confisco previdenciário de 14% dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

Entre os pontos questionados pelas ADIs está um importante para os filiados aposentados do SINESP. Ele trata da incidência de contribuição ordinária sobre o valor dos proventos de aposentados e pensionistas que supere o salário mínimo, quando comprovado saldo deficitário atuarial no RGPS.

Nove ministros já votaram e julgaram procedentes a maioria dos dispositivos. O Ministro Barroso foi contrário e o ministro Gilmar Mendes pediu vista, o que ainda segura a decisão final. O SINESP está acompanhando de perto o desenrolar desse julgamento, diretamente em Brasília, e atuando para que a decisão do STF sobre as ações diretas de inconstitucionalidade seja tomada e divulgada.

SINESP participa de Audiência Pública sobre o fim das contribuições previdenciárias pelos aposentados

Representado pelo seu dirigente João Alberto Rodrigues de Souza, o SINESP participou, junto com o Instituto Mosap, de Audiência Pública pelo Fim do Confisco dos Aposentados e Pensionistas na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 8 de maio, que debateu o fim da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

A audiência foi promovida pela Comissão de Administração e Serviço Público, a partir de iniciativa da deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP), reconhecida pela atuação firme e comprometida com as pautas dos servidores.

Participaram diversas entidades representativas de servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal, além de parlamentares e especialistas no tema. Todos foram unânimes ao apontar a urgência de corrigir a distorção legal que obriga aposentados e pensionistas a continuarem contribuindo para o sistema previdenciário, mesmo após o encerramento de suas atividades laborais.

Durante a audiência, foi reforçada a importância da tramitação da PEC 06/2024 e de seu apensamento à PEC 555/2006, como instrumentos legislativos essenciais para corrigir essa injustiça. A participação do SINESP, junto ao Mosap, reafirma o compromisso da entidade com a mobilização permanente e com a articulação junto ao Legislativo para garantir a aprovação das propostas.

O SINESP e demais representantes de entidades filiadas ao Mosap entregaram materiais técnicos aos parlamentares presentes, reforçando os argumentos jurídicos, sociais e econômicos contra a continuidade da cobrança da contribuição previdenciária sobre os inativos.

A audiência pública foi mais uma etapa importante na mobilização nacional pelo fim do confisco dos aposentados.

C. Precatórios

O precatório é uma dívida líquida e certa do Ente Federativo que perdeu uma ação em última instância e foi condenado a pagar um valor ao credor, seja ele pessoa física ou jurídica. Os Precatórios referentes a ações vistas como fundamentais para o sustento do credor, como salários, pensões, aposentadorias ou indenizações, são chamados Alimentares e são compreendidos como preferenciais por estarem relacionados ao sustento de uma pessoa ou família.

Acordo para antecipação de precatório

A PMSP publicou em 13/5 o Edital de Convocação para acordo para quem deseja antecipar recebimento de precatório. A prefeitura aplicará um deságio de acordo com o ano do precatório – de 2009 a 2025 - com desconto de 20% a 40%. O prazo para apresentação da proposta de acordo é de 1º de junho a 31 de agosto.

Os precatórios decorrentes da Ação recente dos 81% do SINESP terão a possibilidade de acordo somente a partir de 2026, pois os números de precatórios ainda estão sendo gerados.

As conquistas judiciais do SINESP em benefício dos filiados sempre chamam a atenção de golpistas. Desconfie de toda e qualquer mensagem recebida sobre ações e precatórios e entre em contato com o SINESP em caso de dúvidas. **Para saber mais sobre a antecipação de precatório da PMSP acesse o QR-Code:**

PEC 66/23

Entre as inúmeras ações que o SINESP vem realizando em Brasília está a luta para barrar a PEC 66/2023, que é uma grande ameaça ao regime previdenciário dos servidores públicos. O texto da PEC limita entre 1% e 6% a receita de estados, do DF e dos municípios para o pagamento de precatórios, retira o prazo máximo para pagamentos de credores, que era até 2029, e autoriza o pagamento em 300 meses (25 anos) dos débitos dos municípios com seus regimes próprios de previdência social (RPPS) e com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A EC prevê, ainda, a desvinculação de receitas municipais, incluindo impostos e outras receitas correntes, até 31 de dezembro de 2032, com percentuais que diminuem ao longo do tempo.

Segundo o que relator da Comissão Especial que trata da PEC 66/23 afirmou à Presidente do SINESP, Norma Lúcia de Andrade, as discussões estão em andamento com a perspectiva de votação ainda nesse semestre e há propostas de realizar quatro audiências públicas antes disso. O SINESP segue atuante e participará de todos os debates.

Cuidado com os golpes

As conquistas judiciais do SINESP em benefício dos filiados sempre chamam a atenção de golpistas. Recentemente, a PMSP divulgou o edital para realização de acordos sobre precatórios.

Muitos filiados do SINESP são beneficiários desses títulos e passaram a receber mensagens e telefonemas propondo acordos antecipados. Entre esses contatos há os de pessoas mal-intencionadas, que têm se aproximado dos filiados na tentativa de aplicar golpes. Algumas das mensagens enviadas por esses golpistas usam o nome da presidente do SINESP, Norma Lúcia Andrade dos Santos, e dos advogados do escritório do Dr. Horácio. Se receber qualquer mensagem desconfie!

▶Os advogados ou o escritório de advocacia que cuida das ações movidas pelo Sindicato NUNCA entram em contato com os filiados.

▶O SINESP Não envia SMS e nem WhatsApp para os filiados sobre ações ou precatórios.

▶NÃO EXISTE CARTÓRIO DE PRECATÓRIOS

Não passe nenhuma informação a ninguém. Para saber se está sendo vítima de golpe entre em contato imediatamente com os canais oficiais do SINESP. Se receber ligação, carta, e-mail ou qualquer outro tipo de mensagem solicitando documentos ou dinheiro não faça! Entre em contato com o SINESP imediatamente.

D. Ações Judiciais

Ação Revisional do Pasep – Atualização Processual

Instituído pela Lei Complementar nº 108/1970, o Pasep garantia depósitos individualizados em contas específicas de servidores públicos. Com a Constituição Federal de 1988, os créditos posteriores passaram a integrar o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas os valores depositados até 4 de outubro de 1988 permaneceram vinculados às contas originais.

Foram constatadas irregularidades nessas contas — saques indevidos, falhas na correção monetária e erros na aplicação dos rendimentos — cuja revisão deve ser requerida ao Banco do Brasil, gestor das contas. Podem pleitear a correção os servidores que estavam em atividade até a data mencionada.

Em 28 de abril de 2025, o SINESP protocolou, junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, no Núcleo 4.0 – Ações Coletivas, a petição inicial da ação revisional com o primeiro lote de filiados que apresentaram documentação completa.

O processo se encontra agora aguardando redistribuição de ofício pelo Juízo competente; tão logo essa providência seja concluída, será protoco-

lado um lote suplementar com os filiados que ainda estão finalizando a entrega dos documentos restantes. As teses jurídicas já estão consolidadas e os cálculos em elaboração, assegurando o correto prosseguimento da demanda.

Ação do Vale-Refeição

O SINESP ajuizou ação visando ao pagamento dos valores não quitados do vale-refeição relativos ao período de janeiro a junho de 1999. A demanda abrange exclusivamente os servidores que estavam em exercício naquele intervalo de tempo, cuja sentença foi julgada procedente em última instância, e que não tenham sido indenizados por outras ações individuais ou coletivas propostas contra a PMSP.

Atualmente, o processo se encontra em fase de recurso interposto pelo SINESP e pendente de julgamento pelo colegiado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Sindicato se mantém atento às publicações e às decisões, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos da categoria.

E. SINESP organiza Seminário sobre o PNE



O PNE definirá os rumos da educação na próxima década. A conjuntura política, sobretudo na cidade e no estado de São Paulo, torna esse debate ainda mais importante.

O PNE se constitui numa arena de embates ideológicos e políticos que ultrapassa em muito a mera definição técnica ou programática. Nesse palco, articulações empresariais e da extrema direita almejam as verbas do setor e buscam emplacar suas políticas privatistas e suas plataformas educacionais.

Em contraponto está todo o campo sindical e de organizações da sociedade civil na defesa da aplicação das verbas públicas exclusivamente na educação pública, da busca da qualidade e do atendimento universal.

Diante das dificuldades enfrentadas pela educação, a participação da categoria no debate se mostra extremamente necessária para a construção do PNE que tratará da educação no país na próxima década.

Ciente dessa grande responsabilidade, o SINESP organizou, em parceria com o Instituto Cultiva, o Seminário A sociedade civil pauta o novo Plano Nacional de Educação 2025-2035, que será realizado na Casa de Portugal, na Avenida da Liberdade, 602, no bairro da Liberdade, nos dias 30 e 31 de maio.

O seminário reunirá gestores, professores, especialistas em educação, sindicatos e representantes de diversas áreas da sociedade civil para uma discussão acerca dos vários pontos que se relacionam com o PNE.

Estão programadas mesas temáticas para orientar o debate entre os participantes sobre vários eixos relacionado ao PNE.

O objetivo é compor um documento com propostas de metas que assegurem equidade, inclusão e a qualidade da educação pública, reafirmem a escola pública, laica, gratuita e de qualidade como direito humano fundamental e tratem de financiamento, da gestão democrática e da valorização dos profissionais da educação.

As inscrições estão abertas no site do SINESP. Participe e ajude a construir o Plano Nacional de Educação 2025-2035.

Canal do SINESP no WhasApp

SIGA O CANAL E RECEBA MENSAGENS COM ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP passou a utilizar o canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Para ficar por dentro de todas as informações enviadas pelo SINESP é necessário que o filiado siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP. Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZOtTEwEjvw9myzH1g